

Simulacros e simulações em sites de pesquisa escolar

Resumo: Este trabalho busca descrever o funcionamento dos processos de veridicção e verdade em sites usualmente voltados para a pesquisa escolar. A hipótese é a de que os artigos por eles publicados se constituiriam em simulacros do discurso científico. Eventualmente, ocorreria a simulação (BAUDRILLARD, 1991, 1996). A amostra foi constituída de sites mantidos por empresas afastadas da esfera do discurso científico, mas ligadas aos serviços de internet, publicidade e comunicação social. A análise fundamentou-se em teorias da enunciação (FIORIN, 1995) e os resultados, corroborando a hipótese, revelam ausência de datas de publicação, de citações e referências a fontes abalizadas; simplificações e generalizações exageradas na textualização e baixo uso de recursos digitais. Isso em contraste com a riqueza de cores, movimentos e ligações que caracteriza o tratamento dado à publicidade nos sites. Tais características trazem implicações para o ensino de escrita acadêmica à medida que dificultam, por parte do aprendiz, a percepção dos modos pelos quais as diferentes esferas do discurso realizam os processos de veridicção.

Palavras-chave: simulacros; simulação; sites de pesquisa escolar; escrita acadêmica.

Introdução

Uma parcela dos objetivos do ensino de língua no ensino médio destina-se a aproximar os alunos dos gêneros típicos da esfera do discurso científico. Para que esses objetivos sejam realizados, não só contribuem atividades de leitura, mas são igualmente necessárias as atividades de escrita em alguns desses gêneros. Simplificadamente, não são estranhas à escola brasileira as “pesquisas” e os “trabalhos” nas diversas disciplinas. Pode ser que o hábito faça com que apresentemos uma temática às turmas, que deverão se organizar em grupos e realizar a “pesquisa”. Não raro, as tarefas são organizadas em grupos entre cujos membros se distribuem mais ou menos ordenadamente as partes. Com sorte, cada qual faz sua.

Há vasta quantidade de materiais divulgados na internet, cuja produção parece ser voltada para o público escolar e para a leitura extraclasses. Trata-se de textos que mimetizam algumas propriedades esperadas do texto escolar e criados, ao que parece, para atender às expectativas dos professores. Dessa forma, quando nós, professores, passamos as tarefas de leitura e pesquisa, já há prontos e disponíveis, conjuntos de textos capazes de atendê-las porque previamente produzidos segundo uma previsão do que seriam os temas e os interesses de composição circulantes na escola. Porém, tais textos surgem de empresas de comunicação social, mais afastadas das casas editoriais

Aurélio Takao Vieira Kubo

CEFET-MG Campus Timóteo

KUBO, A.T.V. Simulacros e simulação em sites de pesquisa escolar. In: Jornada de Linguagens, Tecnologia e Ensino, 2, 2019. Timóteo. *Atas da [...]*. Timóteo: CEFET-MG, 2019, p. 6-18. Disponível em: <http://www.lite.cefetmg.br/publicacoes/atas-2a-lite>. Acesso em: ...

tipicamente envolvidas com o universo da educação e definitivamente não integrantes da esfera do discurso científico. A visita aos sites sugere uma inversão de prioridades: o assim chamado “conteúdo” serve para emoldurar os numerosos anúncios publicitários aí presentes.

É sobre essa produção que se volta o interesse desta pesquisa. Em primeiro lugar, assumimos que haveria atores sociais mais legitimados para produzir e divulgar o conhecimento, a saber: a academia e seus periódicos especializados, as editoras de material didático, as enciclopédias, as revistas de divulgação e de vulgarização científica, talvez a grande imprensa por meio de suas editorias de ciência. Na direção oposta, empresas de comunicação social não parecem estar incluídas no rol de legitimados. Assim, partimos do pressuposto de que a legitimação social é importante para a escolha do que seriam as fontes abalizadas para a pesquisa com pretensões científicas, ainda que ela se contenha à educação básica em suas abordagens à escrita acadêmica.

Em função do (des)equilíbrio entre a publicidade e o “conteúdo”, partimos da hipótese de que haveria um fingimento em torno da pertença ao discurso científico. Por *fingimento*, entendemos o ato de simular, ato de “fingir ter o que não se tem” (BAUDRILLARD, 1991, p. 9), a saber, o pertencimento ao discurso científico e a legitimidade para divulgá-lo. Neste nível, “fingir, ou dissimular, deixam intacto o princípio da realidade: a diferença continua a ser clara, está apenas disfarçada” (BAUDRILLARD, 1991, p. 9). Por outro lado, se começarmos a observar a construção da legitimidade, eventualmente, a tentativa de pertencimento à esfera do discurso científico, poderíamos estar diante de uma simulação, que “põe em causa a diferença do ‘verdadeiro’ e do ‘falso’, do ‘real’ e do ‘imaginário’”. O simulador está ou não doente, se produz ‘verdadeiros’ sintomas?” (BAUDRILLARD, 1991, p. 9-10).

Para refletir sobre essas hipóteses, propomo-nos uma primeira questão de pesquisa: a partir de um conjunto de textos, o exame de aspectos de sua enunciação poderia desvelar o funcionamento da dissimulação? Em seguida, caso não se esteja diante de uma dissimulação, mas de uma simulação, este mesmo exame seria capaz de desvelá-la? Assim, nosso principal objetivo é caracterizar a enunciação em sites usualmente empregados por estudantes da educação básica em suas atividades escolares cotidianas.

Simulação e simulacro

Em *A troca simbólica e a morte*, Baudrillard descreve três ordens de simulacro a partir da Idade Moderna. O traço comum às três ordens é a reprodução. A primeira ordem se organiza a partir da contrafação e do ideal de cópias do modelo a serem construídas a partir de uma só substância amorfa. Nesta ordem, o signo ganha a arbitrariedade porque

nada tem a ver com o signo comprometido de difusão restrita: ele é a sua contrafação, não pela desnaturalização de um “original”, mas pela extensão de uma matéria cuja clareza se devia toda à restrição que o afetava [...] ele não produz mais do que valores neutros, aqueles que são trocados num mundo objetivo. (BAUDRILLARD, 1996, p. 66)

A segunda ordem de simulacros marca a Era Industrial em que a reprodução não se faz como se falsificação fosse de um original, mas pela equivalência idêntica, portanto indiferente, entre os signos e os objetos, que encontram seu valor por meio das leis de mercado: “na

série, os objetos tornam-se simulacros indefinidos uns dos outros e, com os objetos, os homens que os produzem. Só a extinção da referência original permite a lei generalizada das equivalências, quer dizer, *a própria possibilidade da produção*” (BAUDRILLARD, 1996, p. 71, itálicos no original).

A terceira ordem de simulacros implica a perda de referências. E, segundo Baudrillard, isso aconteceria porque a reprodução dos signos e das coisas passaria a se fazer não pela identidade perfeita em relação a um modelo, mas pela modulação de diferenças. Assim, “nada procede mais de acordo com o seu fim, mas do modelo, ‘significante de referência’ que é como uma finalidade anterior, e a única verossímil” (1996, p. 72-73).

É a partir desse raciocínio que Baudrillard, em *Simulacros e simulações*, dirá que a metáfora do mapa esgarçado pelas ruínas do império evoca o hiper-real enquanto “geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade” (1991, p. 8). Ao modelo e ao signo dotado de referência sólida, substitui o comando dos códigos genético e binário. Em decorrência disso,

o real é produzido a partir de células miniaturizadas, de matrizes e de memórias de modelos de comando e pode ser reproduzido um número indefinido de vezes a partir daí. Já não tem de ser racional, pois já não se compara com nenhuma instância, ideal ou negativa. É apenas operacional. Na verdade, já não é o real, pois já não está envolto em nenhum imaginário. É um hiper-real, produto de síntese irradiando modelos combinatórios num hiperespaço sem atmosfera. (BAUDRILLARD, 1991, p. 8)

Dessa forma, o simulacro há de ser compreendido pela sua ausência de origem, pela sua indiferença quanto à busca de uma essência para além das aparências. Nas palavras de Maffesoli (1984, p. 116) a noção de simulacro deve ser entendida “como uma construção artificial destituída de um modelo original e incapaz de se constituir ela mesma como modelo original”. Transposta para o domínio dos signos, a noção de simulacro implica a de simulação e o faz por oposição à representação. Enquanto esta

parte do princípio de equivalência do signo e do real (mesmo se esta equivalência é utópica, é um axioma fundamental). A simulação parte, ao contrário da utopia, do princípio de equivalência, parte da negação radical do signo como valor, parte do signo como reversão e aniquilamento de toda a referência. (BAUDRILLARD, 1991, p. 13)

A simulação não se aproxima de uma representação falsa da realidade, mas oculta que o real já não é real pois se encontra atomizado nos modelos de comando. A simulação instaura a precessão desses modelos de comando e os simulacros explicam suas fases de manifestação na história.

Metodologia

A definição do objeto de pesquisa apresenta variações acerca da nomenclatura: site educacional (COSTA *et al.*, 2003; MENESES; MELO, 2017), site educativo (CARVALHO, 2006; CABRAL; LEITE, 2008) e site de pesquisa escolar (OLIVEIRA, 2014) são algumas das escolhas de que tivemos conhecimento. Os traços comuns a esses trabalhos indicam a preocupação com a avaliação dos conteúdos e suas implicações, assim como a avaliação do modo de estruturação e organização das informações. Quanto ao último grupo de aspectos, Carvalho (2006, p. 18-19) inclui o quesito *autoridade* como um componente da *identidade* do site educativo e a ele associa não só autores de textos, mas também as instituições a que se

filiam esses autores como instâncias enunciativas a se considerar na avaliação. A justificativa é a da necessidade de se “verificar se o site é patrocinado ou se é de responsabilidade de uma entidade, o que pode por em causa a objectividade da informação” (2006, p. 19).

Embora muito separados no tempo e quanto aos objetos, os trabalhos de Costa *et al.* (2003) e Meneses e Melo (2017) escolhem o termo *site educacional*. Enquanto o primeiro analisa páginas aparentemente ligadas a instituições de pesquisa (apenas <http://proquimica.igmm.unicamp.br> se encontra acessível, mas recebeu sua última atualização em 2003), Meneses e Melo (2017) selecionam os sites que investigam a partir de seus conteúdos. Como resultado, encontram páginas mantidas por professores de História (<http://www.historianet.com.br/home/>), por empresas que atuam no ramo educacional (<https://www.virtuous.com.br/virtuous.php>) com venda de material didático, mas também sites mantidos por empresas que nada vendem a quem lhes acede às páginas (<http://www.redeomnia.com>).

Os critérios de seleção temática apresentados por Meneses e Melo (2017) também tinham sido usados de maneira semelhante por Oliveira (2014), que prefere a designação *site de pesquisa escolar* e o justifica em face da preocupação com o uso de que deles fazem os estudantes da educação básica (2014, p. 36). Dada a semelhança dos objetos e dos interesses de pesquisa, optamos por pela designação de Oliveira (2014). Portanto, também adotaremos a expressão *sites de pesquisa escolar* para nos referirmos as páginas analisadas.

Em vista disso, passamos à busca de *sites de pesquisa escolar* que apresentassem características tais como: 1) gratuidade; 2) ausência de vendagem de materiais didáticos; 3) abordagem aos diversos temas presentes nos currículos da educação básica; 4) pertença a empresas não ligadas à academia ou a instituições de ensino. O quadro abaixo detalha nossa amostra:

Site de pesquisa	Nome fantasia	Razão social	CNPJ
Brasil Escola	Rede Omnia	Omnia Soluções Web Eireli	07.442.830/0001-18
Cola da Web	Cola da Web	R R Bardine Processamento de Dados	10.436.678/0001-75
Estudo Prático	Ihaa Network	E L Santos Serviços de Internet	10.145.375/0001-01
Infoescola	Infoescola	Infoescola Serviços em Informática Ltda	10.409.355/0001-92

Quadro 1. Lista de sites de pesquisa escolar considerados.

Selecionada a amostra de sites escolares, o passo seguinte tratou da observação dos elementos discursivos mais ou menos explícitos e que caracterizariam a atividade enunciativa em que se engaja o leitor desses sites.

Categorias de análise

Iniciamos esta exposição com a hipótese de que seria possível desvelar eventuais simulacros de legitimidade e pertencimento à esfera do discurso científico a partir da reconstrução do ato gerador dos enunciados. Trata-se de buscar os elementos deixados elípticos nos diferentes níveis da articulação discursiva a partir das relações de pressuposição que os mesmos mantêm com os elementos explícitos (FIORIN, 1996, p. 32). Esse exame se fará a partir de três grupos de categorias: 1) o acordo fiduciário entre o enunciador e o enunciatário; 2) a “ética” da informação; e 3) as competências linguístico-discursivas necessárias à produção

do enunciado. Fiorin (1996, p. 32-33) detalha as competências necessárias à produção do enunciado em sete grupos, dos quais nos interessam mais proximamente as seguintes competências: a) discursiva; b) textual; c) interdiscursiva; d) situacional.

A escolha deriva das considerações de Chartier (2010, p. 60), que aponta a modificação no pacto de confiança entre o historiador e seu leitor. O autor indica que “os três dispositivos clássicos da prova da história (a nota, a referência, a citação) estão muito modificados no mundo da textualidade digital a partir do momento em que o leitor é colocado em posição de poder ler, por sua vez, os livros que o historiador leu”. Essas reflexões sobre o texto historiográfico também se aplicam a outras áreas do conhecimento. E ainda, para que as modalidades de construção e validação do discurso de saber se alterem de fato, é necessário que a textualização continue a apresentar os tais dispositivos de prova e, preferencialmente, o faça de modo a permitir o acesso aos documentos analisados. Chartier (2010, p. 62-63) sugere que as possibilidades oferecidas pelo digital ainda não encontraram seu caminho entre as editoras e o livro eletrônico e ainda não produziram mudanças nas práticas de leitura.

Leitura dos dados

Os sites considerados em nossa amostragem apresentam, ainda que sem destaque, alguma forma explícita de uso das informações que dispõem. O *Brasil Escola*, em todos os rodapés de página, apresenta os dizeres: “Copyright 2018 Rede Omnia — Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial sem prévia autorização (Inciso I do Artigo 29 Lei 9.610/98)”. No entanto, ao final de cada matéria, interpela diretamente o leitor a respeito de seu interesse em fazer a referência do texto, que é fornecida em seguida. Esse comportamento não é observado nos demais sites. Porém, enfatizam a necessidade da referência (*Estudo Prático*), a permissão de uso “em trabalhos para fins educacionais” (*Cola da Web*), ou a “proibição como fonte de pesquisa científica de qualquer tipo” (*Infoescola*).

Ao mesmo tempo em que ocorre a reivindicação de autoria, não é frequente que os textos apresentem em sua constituição as fontes de que se valeram. Não há marcas discursivas que caracterizem o estatuto veridictório dos textos como integrantes do discurso científico. Assim, ocorre uma diferença entre o (não)fazer e o dizer. No caso do *Estudo Prático*, o dizer é explicitado na página de “Termos e condições de uso” da seguinte maneira: “É importante salientar que o conteúdo publicado pelo Estudo Prático é produzido com base em pesquisas feitas em livros e em artigos online”.

Outra característica recorrente é a indicação explícita de que o leitor será confrontado com anúncios publicitários, uma vez que os mesmos podem ser apresentados conforme os hábitos de navegação registrados por meio de *cookies* e *web beacons*. A exceção é o site *Brasil Escola*, que encaminha seus leitores para a página da Rede Omnia. Uma vez lá, inicia-se uma interação de outra natureza: o leitor é interpelado na condição de anunciante em potencial e a ele se apresenta o *media kit* do site. Adiante, apresentamos duas abordagens à veiculação dos anúncios:



Figura 1. Página inicial do site Brasil Escola: <https://brasilecola.uol.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2018.

A Figura 1, retrata bem a inversão de proporções entre o que seriam os conteúdos e os anúncios. Trata-se da parte superior da página inicial do site *Brasil Escola*, em que mal se percebem os links para uma matéria com dicas para montar um plano de estudos e para uma videoaula cujo tema é o gênero artigo de opinião. Ao rolar a página, a disposição gráfica continua indistinta entre anúncios e links para as matérias publicadas. A estratégia publicitária apresentada pelo site *Cola da Web* é bem diversa:



Figura 2. Página inicial do site Cola da Web: <https://www.coladaweb.com>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Conforme se vê acima, a página inicial do site *Cola da Web* enfatiza três textos e sugere que a sua seleção para o destaque esteja associada às datas comemorativas próximas à data em que a imagem foi captada. Uma vez abertos os links, o leitor encontrará ao menos quatro anúncios dispostos ao longo da página e seis links sob o intertítulo “Recomendados para você”. Estes últimos, característicos do que se convencionou chamar *clickbait*. Além da quantidade de anúncios, há que se destacar a presença de vídeos, cujas imagens em movimento não favorecem a concentração para os estudos.

As máximas conversacionais, ou leis do discurso, regem o que se consideraria uma troca verbal honesta. Conforme aponta Fiorin (1996, p. 33-34), tais máximas dependem da ética, da linguística, da sociologia e da antropologia. Elas podem ou não ser seguidas, caso em que teríamos ou erro ou um projeto de criação de efeitos de sentido diversos dos associados

a uma troca verbal regular. Como exemplo, consideremos o texto intitulado “[Produção de Biocombustível](#)”, que apresenta questões problemáticas desde as primeiras frases:

Exemplo 1: Produção de Biocombustível

Os biocombustíveis são considerados fonte de Energia limpa por não poluírem o meio ambiente. Qual seria a matéria-prima para a obtenção dessa alternativa ecologicamente correta? Na verdade são muitas e a cada dia novas pesquisas mostram novas fontes possíveis de biocombustível.

A melhor notícia é que no Brasil, pesquisas relacionadas a este assunto ganham total apoio por parte dos governantes. E como a flora brasileira é muito rica, nosso país sai na frente quando o assunto é variedade de matéria-prima para a produção de Biocombustível.

Vejamos exemplos de produção em alguns estados brasileiros: Produção da mamona no Nordeste, Bioma na Caatinga, do dendê no Norte e Amazônia e da soja no Cerrado, Sul e Sudeste. Conheça outras plantas de onde pode se extrair biocombustível: macaúba, buriti (*Maurutia flexuosa*), pinhão manso (*Jatropha curcas*) e o babaçu (*Ricinus communis*), todas nativas do solo Brasileiro.

Como vemos, os biocombustíveis são combustíveis de fontes renováveis, obtidos a partir do beneficiamento de determinados vegetais. São considerados como fontes de energia limpa, porque, não contribui de maneira significativa para a quantidade de carbono (mais especificadamente dióxido de carbono (CO₂)) na atmosfera e, conseqüentemente, não intensifica o efeito estufa e não agrava o problema do aquecimento global.

Para evitar a emissão de gases poluentes e combater o efeito estufa, precisamos substituir o uso de combustíveis fósseis (derivados do petróleo) pelos biocombustíveis. Além de estar contribuindo para o próprio bem estar do homem, os biocombustíveis possuem a vantagem de ter origem em fontes renováveis, já que o petróleo está ameaçado de extinção.

Por Líria Alves
Graduada em Química

SOUZA, Líria Alves de. **Produção de biocombustível**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/quimica/producao-biocombustivel.htm>. Acesso em: 15 dez. 2018.

A rigor, conforme mostra o quarto parágrafo do texto, biocombustíveis também liberam dióxido de carbono quando da sua queima, portanto, a afirmação contida no primeiro período é inexata, talvez, hiperbólica. Também o exagero caracteriza a terceira frase, ainda que o terceiro parágrafo liste sete diferentes variedades com as quais se possa produzir biodiesel. A explicitação dessas variedades sugere uma confusão conceitual: a ausência de referências à cana-de-açúcar e ao etanol pode levar à leitura de que apenas o biodiesel é biocombustível. Além disso, a produção brasileira de etanol é largamente superior à de biodiesel.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (2017, p. 24), no ano de 2016, foram produzidos 28,1 milhões de metros cúbicos de etanol e 3,8 milhões de metros cúbicos de biodiesel. Nos cálculos do Ministério de Minas e Energia (2017, p. 11), foram considerados os óleos de soja, canola, palma e girassol como matérias primas para a produção de biodiesel.

Além dos problemas de organização da informação no terceiro parágrafo, de concordância verbal no quarto, aparece uma informação engraçada na frase final: “o petróleo está amea-

çado de extinção”, em que o petróleo (fóssil) é tratado como espécie viva em risco de desaparecer definitivamente. Por essas questões, não se pode dizer que o texto contemple as máximas da informatividade e da exaustividade.

O exame dos enunciados sugere que a ausência de fontes poderia estar associada à simplicidade e generalidade das afirmações. Aí incluídas as simplificações e generalizações quanto ao uso de solos aráveis em biomas tais como o Cerrado, a Caatinga ou a Floresta Amazônica, que faz subentender tratar-se de oportunidades meramente econômicas, sem quaisquer outras considerações ambientais e sociais. Dessa forma, as instâncias de autoria, inclusive o site *Brasil Escola*, pretenderiam garantir por si sós sua veracidade: porque a autora é graduada em Química, porque a página está publicada naquele site.

Diferentemente do que imaginávamos a princípio (o texto do site escolar serviria como resposta pronta a estudantes em suas tarefas de escrita), as modalizações do dizer neste texto de exemplo parecem buscar uma aproximação com um discurso professoral ou com o discurso do livro didático. Pela forma como interpela o enunciatário, o enunciador coloca-se em posição de superioridade. Tanto é que questiona (“Qual seria a matéria-prima para a obtenção dessa alternativa ecologicamente correta?”), chama a atenção e instrui (“Vejam exemplos de produção em alguns estados brasileiros.”; “Como vemos, os bicomcombustíveis são combustíveis de fontes renováveis”) e convida ao atendimento de necessidades pela modalização deôntica (“precisamos substituir o uso de combustíveis fósseis”). Também esse distanciamento entre enunciador e enunciatário poderia contribuir para a validação do texto.

Finalmente, ressalta o caráter atemporal de todas as informações. Todos os verbos encontram-se no presente, designando eventos e estados coincidentes com o momento de enunciação, que não se faz conhecer em qualquer ponto da página. Por óbvio, a ausência dessa informação acarreta um efeito de sentido associado à permanente “atualidade dos conteúdos”, que parece ser um dos traços característicos dos textos circulantes em sites de pesquisa escolar.

Exemplo 2: Biocombustíveis

Biocombustível é todo combustível derivado de fonte orgânica e não fóssil, como por exemplo, o álcool **etanol**, a **biomassa** ou o [biodiesel](#). Sua aplicação é bastante antiga e extensa, ao contrário do que possa parecer devido à supervalorização do biodiesel atualmente.

A partir dessa definição podemos concluir então, que o Biocombustível sempre existiu. A lenha (biomassa) é utilizada como combustível desde que o homem descobriu o fogo.

O que fez com que os biocombustíveis virassem moda nos últimos anos foi, principalmente, uma melhora na tecnologia para utilização desses combustíveis e o crescente aumento no preço do petróleo, além é claro do apelo ambiental.

[...]

A princípio o álcool é a melhor alternativa à gasolina, uma vez que ele já é produzido e comercializado em muitos países e polui bem menos do que a gasolina — a queima de 1 litro de gasolina pura, forma 2.382 gramas de CO₂, contra 1.520 gramas por litro de álcool hidratado. O grande problema apresentado por muitos ambientalistas é o fato de que na grande maioria das plantações de [cana-de-açúcar](#), a principal cultura de onde se extrai o álcool, ainda é feita a queima do [canavial](#) antes da colheita, liberando uma

grande quantidade de material particulado e CO₂. O que acaba tornando o ciclo de produção do etanol mais poluente do que, por exemplo, o biodiesel, que pode ser produzido inclusive a partir de óleo de cozinha usado.

FARIA, Caroline. **Biocombustíveis**. Infoescola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/biocombustiveis/>. Acesso em: 15 dez. 2018. Destaques no original.

Ainda quanto à delimitação de tempo, os três parágrafos iniciais do texto acima ilustram a presentificação das informações. Embora o texto não esteja datado, duas expressões adverbiais de tempo ancoram-se no momento da enunciação: “atualmente” e “nos últimos anos”. Ao nível do enunciado, a referência ao uso do fogo como método despalhador ignora os processos de mecanização da colheita e Protocolo Ambiental firmado entre usineiros e agências ambientais desde 2007 e em progressiva implantação em São Paulo, estado produtor de cerca de 50% da cana colhida no Brasil em 2017, conforme indica o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). A desconsideração desses dados tanto pode ter causas na seleção da informação quanto na antiguidade do texto. Ainda assim, o resultado alcançado pela ordenação do tempo no sistema enunciativo é a permanente atualidade do dizer.

Além da grande quantidade de anúncios, inclusive imagens em movimento, o Exemplo 2 serve para mostrar o uso de links como recurso de textualização. Ocorrem nove links dispostos na página à semelhança do que ocorre no primeiro parágrafo. Todos levam a textos publicados pelo site *Infoescola*. Em quantidade, esse recurso só não é superado pelos dezesseis anúncios dispostos no entorno e por entre o texto. A continuação da leitura revelaria um percurso histórico pontuado por alguns eventos e datas (Revolução Industrial, *Clean Air Act*, Embargo do petróleo etc.). Nenhuma das afirmações sustenta-se com o recurso a citação, muito embora a matéria termine com uma lista de URLs encabeçada pelo intertítulo “Fontes”. Ressalte-se que esta lista de URLs não se aproxima da sistematização das referências preconizada pela ABNT, nem mesmo se constitui em link para as páginas consultadas. Ou seja, continuam distantes as mudanças nos processos de leitura aventados por Chartier (2010, p. 62-63).

Dos sites pesquisados, o *Estudo Prático* é o único que apresenta datas de publicação junto aos textos. O posicionamento gráfico altera-se entre as plataformas fixa e móvel. É de mais fácil visualização nesta que naquela.



Figura 3. Posicionamento da data de publicação no site *Estudo Prático*: <https://www.estudopratico.com.br/biocombustiveis/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

O texto ilustrado acima também revela um certo padrão de organização das informações numa estrutura bastante recorrente nos sites pesquisados. Trata-se de um ou dois parágrafos iniciais dedicados à definição da temática abordada, seguidos de uma seção de classificação, por sua vez, seguida da apresentação de vantagens e desvantagens. Com poucas variações, a matéria intitulada “[Biocombustíveis](#)” e publicada pelo *Cola da Web* apresenta a mesma estrutura.

Exemplo 3: Biocombustíveis

Débora Silva Em 04/04/2014

Os biocombustíveis são fontes de energia renováveis, produzidos a partir de biomassa, ou seja, de material constituído por substâncias de origem orgânica (vegetal, animal e micro-organismos), e que permitem a ciclagem da matéria na natureza. São obtidos a partir de matérias-primas como a cana-de-açúcar, o milho, oleaginosas, resíduos agropecuários, entre outras. A sua utilização pode ser feita a partir de sua forma bruta (como a madeira) ou de resíduos agrícolas, florestais e pecuários (como excrementos de animais) e, ainda, a partir do lixo orgânico.

Tipos de biocombustíveis

Biodiesel: Combustível obtido a partir de óleos vegetais e pode ser utilizado em motores diesel, seja puro ou misturado ao diesel fóssil. As principais culturas voltadas à produção do biodiesel são as de soja, mamona, dendê, algodão e pinhão-mansão.

Etanol: O etanol pertence ao grupo dos alcoóis, e é incolor, solúvel em água e extraído através do processo de fermentação da sacarose de matérias-primas como o milho, a cana-de-açúcar, a uva e beterraba.

As vantagens e as desvantagens dos biocombustíveis

Vários estudiosos defendem o uso dos biocombustíveis, destacando-se duas principais vantagens: a significativa redução de gases poluentes e o fato de serem fontes renováveis de energia.

Outras vantagens do uso dos biocombustíveis:

- Os biocombustíveis possibilitam o fechamento do ciclo do carbono, contribuindo para a estabilização da concentração desse gás na atmosfera e isso contribui para conter o aquecimento global;
- No Brasil, há uma grande área para cultivo de plantas que podem ser utilizadas para a produção de biocombustíveis;
- Geração de emprego e renda no campo, evitando a grande concentração de população nas cidades;
- Menor investimento financeiro em pesquisas;
- O biodiesel substitui o óleo diesel sem necessidade de ajustes no motor;
- Contribui com redução do lixo no planeta, pois o lixo pode ser usado na produção de biocombustível;
- Manuseio e armazenamento mais seguros que os dos combustíveis fósseis.
- Mesmo com muitas vantagens, estudiosos ainda apontam algumas desvantagens no uso de biocombustíveis. Confira algumas delas a seguir:
- Grande consumo de energia para a sua produção;
- Aumento do consumo de água para a irrigação das culturas;
- Redução da biodiversidade;
- Contaminação de lençóis freáticos por nitritos e nitratos.

SILVA, Débora. **Biocombustíveis**. Estudo Prático. Disponível em: <https://www.estudo-pratico.com.br/biocombustiveis/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Conforme começamos a expor, a organização gráfica da informação é típica entre os sites pesquisados. Os recursos gráficos são muito simples em relação à riqueza de imagens, movimentos e cores que pululam à sua volta. Explora-se apenas o texto verbal com destaques em negrito, intertítulos e os marcadores. Note-se que os períodos “Mesmo com muitas vantagens, estudiosos ainda apontam algumas desvantagens no uso de biocombustíveis. Confira algumas delas a seguir” deveriam estar separados da estrutura de tópicos para favorecer a oposição de sentidos com “Outras vantagens do uso dos biocombustíveis”. Não se usam links, nem gráficos e a única imagem associada ao texto é meramente decorativa.

A definição apresentada no parágrafo inicial também emprega recursos sintáticos recorrentes: paráfrase introduzida por “ou seja”, informações apostas entre parênteses, delimitação pelo emprego de orações adjetivas, mas também a exemplificação introduzida por operadores explícitos (“como”, “por exemplo”). Embora o texto se valha de termos e conceitos provenientes de várias disciplinas escolares, outras vozes não concorrem para lhes aclarar o sentido. O enunciador não aciona completamente o interdiscurso e, como em outros exemplos, ora transfere ao enunciatário o papel de decifrar certos termos, ora reduz problemas complexos a meras oportunidades econômicas, conforme mostra a *vantagem* que seria fixar as pessoas no campo.

Considerações finais

Iniciamos a leitura destes sites de pesquisa escolar com a hipótese de que o desequilíbrio entre publicidade e textos escolares (os conteúdos) estaria associada a um fingimento, à tentativa de pertencimento à esfera do discurso científico sem que se violasse o princípio da realidade. Porém, dada a profusão avassaladora dos anúncios e diferentemente do que propôs Baudrillard, essas instâncias dos *media* não parecem disfarçar o que está claro. A primeira finalidade comunicativa dos sites fica bastante explícita, enquanto a finalidade dos textos escolares apaga-se e se obscurece sob a primeira. Na comparação com o material didático impresso, um livro didático é em si um produto (cultural e de consumo), mas um conteúdo não é somente um produto cultural, nem tão somente um produto de consumo, já que não apresenta exatamente um valor de mercado. É outra coisa, parece ser a engrenagem intercambiável do mecanismo que faz mover a ininterrupta emergência da publicidade, inclusive do simulacro de publicidade que se constitui o *clickbait*, sempre presente em todos os sites, ora posicionado na parte inferior das páginas, ora disposto no entremeio do texto, ora deliberadamente misturado aos links que levariam ao “conhecimento” que se quer divulgar.

Assim, os textos dos sites escolares parecem ser o produto de um simulacro de segunda ordem, já que resultam indiferenciados: isolados das vozes do interdiscurso, mas aprisionados em sua repetição, deslocados do tempo cronológico porque indefinidamente presos ao tempo da enunciação, empobrecidos dos recursos que poderia oferecer o suporte digital, distantes do saber que “poderia ser novamente transmitido pelas comunidades humanas vivas” (LEVY, 1999, p. 164). Enfim, assemelham-se aos produtos da escala industrial com as tentativas de repetição e identidade estrutural.

Quanto aos sites de pesquisa escolar, há que se pensar mais se aí temos uma simulação ou também apenas um simulacro de segunda ordem. A segunda possibilidade se justifica a partir das muitas semelhanças entre eles: a mesma fachada colorida em laboriosa profusão

de quadros e imagens, as mesmas intenções de divulgar gratuitamente o conhecimento, os mesmos modos de conceber o que seria o conhecimento e as mesmas tentativas falhas de validá-lo. Em favor da simulação talvez coubesse considerar que os sites de pesquisa escolar, tal como se encontram, não fingem ser coisa alguma pois estão sozinhos, simulam sem modelos. Nenhum ator socialmente legitimado ocupou-se de ser a referência. Os repositórios das universidades e das sociedades culturais e científicas ou o Domínio Público ou a Biblioteca Nacional permanecem inacessíveis a vastíssima parcela da população.

Referências bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. (1976) *A troca simbólica e a morte*. Tradução: Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 1996.

BAUDRILLARD, Jean. (1981) *Simulacros e simulação*. Tradução: Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'água, 1991.

CABRAL, Giovanna Rodrigues; LEITE, Lígia Silva. [O uso de sites educativos na prática docente](#). In: Encontro de Educação e Tecnologias de Informação e Comunicação, 6, 2008, Rio de Janeiro. *Anais do [...]*. p. 1-18. Acesso em: 15 dez. 2018.

CARVALHO, Ana Amélia A. Indicadores de Qualidade de Sites Educativos. *Cadernos SACAUSEF – Sistema de Avaliação, Certificação e Apoio à Utilização de Software para a Educação e a Formação*, Número 2, Ministério da Educação, 55-78, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

COSTA, Valéria Machado et al. [Avaliação de sites educacionais de Química e Física](#): um estudo comparativo. In: Workshop de informática na escola, 2003. *Anais do [...]*. p. 545-554. Acesso em: 15 dez. 2018.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*: as categorias de pessoa, tempo e espaço. São Paulo: Ática, 1996.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. [Tabela 1612](#). Acesso em: 12 dez. 2018.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Tradução: Márcia C. de Sá Cavalcante. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MENESES, Sônia; MELO, Egberto. [A Babel do Tempo](#): Regimes de Historicidade e a história ensinada no universo virtual. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 154-178, maio. 2017. Acesso em: 8 dez. 2018.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. [Boletim dos biocombustíveis](#). n. 110, jul./ago. 2017. Acesso em: 15 dez. 2018.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. [História e internet](#): conexões possíveis. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n.12, p. 23-53, mai. 2014. Acesso em: 8 dez. 2018.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. [Do “mito” ao “simulacro”](#): a crítica da mídia, de Barthes a Baudrillard. *Galáxia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. [s.l.], n. 10, jul. 2007. Acesso em: 8 dez. 2018.